

RELATÓRIO E CONTAS

2019



Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM



*"Todo o ser humano tem na água uma fonte de vida.
Toda a água tem no ser humano uma fonte de preservação."*

Carina Walker Ribeiro

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
QUEM SOMOS	8
MISSÃO	8
VISÃO	8
VALORES	8
CADEIA DE VALOR	9
POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	9
ÓRGÃOS SOCIAIS E ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO	10
ASSEMBLEIA GERAL	10
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
FISCAL ÚNICO	10
CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS	10
ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO	10
ENQUADRAMENTO	11
CONTEXTO MACROECONÓMICO	11
ZONA EURO	11
PORTUGAL	12
O SECTOR DA ÁGUA	12
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	13
O SISTEMA	13
GESTÃO DA ÁGUA	14
INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA	14
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS:	15
PROJETO COVILHÃ SOLAR	15
APROVEITAMENTOS MINI-HÍDRICOS	17
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	17
COMPLEXO DESPORTIVO	17
PISCINA MUNICIPAL	18
PISCINA PRAIA	18
JARDIM DAS ARTES	19

ENERGIA FOTOVOLTAICA.....	19
ENERGIA MINI-HÍDRICA.....	20
DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	20
RESUMO DAS INTERVENÇÕES.....	21
OBJETIVOS PARA 2020 E ANOS SEGUINTE.....	22
PERSPETIVAS FUTURAS.....	23
AQUISIÇÕES E SERVIÇOS.....	24
SETOR ENERGIAS RENOVÁVEIS.....	24
ATIVIDADES RELACIONADAS COM O AMBIENTE.....	25
COMUNICAÇÃO E IMAGEM.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
ACTIVIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA.....	26
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS.....	28
RÁCIOS DE RENTABILIDADE.....	29
APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	30
AS CONTAS.....	31



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 é um ano que marca o fim de um ciclo para a ICOVI, a empresa tem vindo a desenvolver atividade na gestão de infraestruturas do concelho por delegação de competências da Câmara Municipal e chegou o momento de esta gestão regressar à esfera da Câmara Municipal. Assim, alguns ajustes foram sendo feitos na estrutura da empresa tanto do ponto de vista dos seus recursos humanos como do ponto de vista da sua operação.

A ICOVI, continua a ser, no entanto, um valioso aliado da Câmara Municipal na prossecução dos interesses do Município, nomeadamente na sua esfera de ação, conforme a visão do Conselho de Administração. Passos substantivos foram dados ainda na otimização de processos de gestão das infraestruturas Municipais com vista à melhoria das condições oferecidas aos utilizadores, mas também na racionalização dos custos que lhes são inerentes. Na gestão da rede de água em alta foram ainda iniciados processos com vista à sua melhor adequação às necessidades e ao ganho de robustez dos sistemas.

O Resultado Líquido apresenta um decréscimo passando para 18.767,14 euros que incorporam os resultados da sua participada em 51% - Águas da Covilhã, E.M. O Conselho de Administração continua a desenvolver esforços no sentido de poder garantir formas de financiamento comunitário e da Administração Central para poder candidatar a construção da Barragem da Ribeira das Cortes por considerar ser a estrutura que traria maior resiliência ao abastecimento de água à população, em quantidade e qualidade para a região.

A ICOVI, tem a determinação firme de continuar a ser um parceiro fiável, dinâmico e com elevado valor acrescentado para os seus diversos stakeholders, desde os seus colaboradores ao acionista. Como empresa cuja principal atividade é na área do ambiente pretendemos ainda implementar soluções que possam dar resposta às mais importantes questões do presente, com a preservação do meio ambiente à cabeça, garantindo o abastecimento de água às populações com elevada qualidade. No abastecimento de água há a destacar a elevada fiabilidade do sistema que garantiu sempre o abastecimento de água em quantidade e com elevada qualidade. O controlo da qualidade da água foi feito atendendo a todas as disposições legais, devidamente aprovado pela ERSAR, tendo sido verificados dois incumprimentos em um parâmetro, prontamente resolvido, o que representa um nível de cumprimento superior a 99,9%.

Deve-se ainda destacar a continuação de implementação do projeto piloto Gestão Integrada de Sistemas de Água, numa iniciativa conjunta com a Universidade da Beira Interior e em parceria com instituições de mais cinco países dos quais quatro da União Europeia. Este projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, representou uma despesa anual de 79.603,09 euros dos quais 53.036,93 euros são investimento realizado no Parque Alexandre Aibéo e estará em pleno funcionamento durante 2020 e permitirá recolher os dados que visam avaliar a integração de sistemas de produção elétrica e de gestão de redes de água.

A empresa continuou a executar os projetos de intervenção e proteção da floresta a que estava candidatada e financiados pelo PDR2020, o que representou um investimento global de 247.494,48 euros, tendo sido intervencionada uma área total de cerca de 160 hectares.

O Jardim das Artes, um dos ex-libris da cidade, teve em funcionamento o bar/esplanada, permitindo assim servir os cidadãos que frequentam este espaço nobre. Também a manutenção do espaço foi acautelada, com intervenções regulares na manutenção dos espaços verdes e a correção dos problemas existentes.

No que se refere à gestão das infraestruturas delegada na ICOVI pela Câmara Municipal da Covilhã foi continuado o trabalho já desenvolvido de melhoria das condições oferecidas aos utilizadores, continuando a implementar controlos progressivos de diversos parâmetros, o que permitiu o aumento da racionalidade na

Relatório e Contas 2019

utilização dos espaços com uma diminuição de custos fixos de cerca de 30% e o aumento do nível de conforto dos utilizadores.

Por fim, deve-se ainda destacar a colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã em diversas áreas, com vista à procura de soluções eficazes que melhor possam perseguir o interesse público e paralelamente criar sinergias inovadoras.

O Presidente do Conselho de Administração,



Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Dr.



QUEM SOMOS

Constituída em 30 de junho de 2008 para responder, com eficácia, aos grandes desafios do setor do ambiente, a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M., é uma pessoa coletiva pública, empresa municipal dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com capitais exclusivamente públicos na superintendência da Câmara Municipal da Covilhã. A empresa tem como principal objeto a gestão, construção, conservação e exploração dos serviços municipais do fornecimento de água em alta para consumo humano, bem como a gestão, construção e conservação de infraestruturas e concessões, na área do Município da Covilhã.

Em janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, proceder ao parqueamento da participação social de 51% do capital social da empresa ADC – Águas da Covilhã, E.M., na ICOVI, E.M., com capital 100% do Município da Covilhã.

MISSÃO

Conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água em alta, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

VISÃO

Ser uma empresa de referência no setor do ambiente, de forma a promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

VALORES

- Sustentabilidade na utilização dos recursos naturais
- Preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental
- Equidade no acesso aos serviços básicos
- Bem-estar através da melhoria da qualidade de vida

CADEIA DE VALOR

Na persecução dos seus objetivos, a ICOVI, tem conseguido ajustar-se às imposições da Entidade Reguladora, que cada vez mais estabelece critérios de exigência em termos de controlo analítico e planos de monitorização da qualidade da água para consumo humano mais rigorosos, bem como continua aposta na manutenção assídua do sistema de tratamento necessário para a qualidade da água, através de um serviço que resulta da promoção da melhoria contínua, com a satisfação pessoal e profissional dos colaboradores, numa ótica de sustentabilidade dos recursos naturais e promoção do desenvolvimento regional.

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A ICOVI tem a sustentabilidade presente no seu negócio, é um compromisso no desenvolvimento da sua atividade, de interface com a sociedade e o ambiente, constituindo para a resolução de questões que melhorem a vida das populações.



ÓRGÃOS SOCIAIS E ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A ICOVI, dispõe, para o desenvolvimento da sua atividade, uma estrutura organizacional em órgãos sociais que assenta a sua atuação em função das orientações estratégicas definidas. Do ponto de vista dos níveis organizacionais estão implementados três níveis:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente David Fontes Neves
1.º Vice-Presidente Jorge Manuel Galhardo de Matos Vieira
2.º Vice-presidente Júlio Manuel de Sousa Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vogal Nuno Filipe Abreu Pedro
Vogal Jorge Manuel Afonso Gomes

FISCAL ÚNICO

Cruz Martins & Associada, LDA
Representada por João Alberto da Cruz Martins, ROC
Fiscal Único Suplente Sofia Salvado Martins, ROC

CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A empresa não tem dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social e a qualquer outra entidade pública.

ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A ICOVI, encontra-se estruturada em áreas funcionais de apoio à implementação das orientações da tutela sectorial e financeira e à gestão da empresa, centrando a sua atuação na sustentabilidade social, ambiental, técnica e económico-financeira; no relacionamento com os vários stakeholders; na otimização dos recursos de capital e humanos e na excelência.




ENQUADRAMENTO CONTEXTO MACROECONÓMICO¹

ZONA EURO

O ano de 2019 em termos macroeconómicos representou para Portugal o primeiro ano em que as contas públicas apresentaram um superavit de 0.2% do PIB (Estimativa do Banco de Portugal). Ainda em termos macroeconómicos, o País teve um crescimento do PIB de 2.2% do PIB (estimativa do Banco de Portugal) acima da média da Zona Euro que segundo estimativa do EuroStat se deverá cifrar em 1.0%. Num em que as exportações voltaram a crescer, tanto em bens como em serviços, o desemprego continua a manter-se em níveis muito baixos.

Existem, no entanto, riscos para a economia portuguesa e mundial de onde se deve salientar o impacto não quantificado dos efeitos da epidemia de Covid-19 que trará certamente um efeito de abrandamento à economia mundial e à economia portuguesa. Paralelamente, o Brexit será também um teste à resiliência da economia portuguesa de onde se deve destacar os efeitos negativos que poderá trazer ao sector do turismo que tem vindo a assumir maior peso no PIB.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

PORTUGAL

Segundo o boletim económico do Banco de Portugal de Dezembro de 2019, a perspetiva de crescimento do PIB para Portugal em 2020 é de 1.7%, correspondendo a um aumento do consumo privado de 2.1%, um aumento das exportações de 2.6% e das importações de 4.6%, projetando que o desemprego se fixe em 5.9%. As previsões para a economia mundial são de um crescimento o PIB de 2.9% e para a Zona Euro de 1.1%, o que representa um aumento na procura externa de 2.1% para a economia portuguesa. Portugal apresenta assim perspetivas de convergência com a Zona Euro em termos de PIB. No entanto, o distanciamento temporal entre estas projeções e o advento da epidemia de Covid-19 representa um elevado risco para a revisão negativa destas projeções, pelo que o exercício de 2020 deve ser abordado com especial cautela.

O SECTOR DA ÁGUA

A água é essencial à vida, tanto do ponto de vista estritamente biológico, para consumo humano, como para a produção alimentar e a manutenção dos sistemas de salubridade.

Globalmente, o acesso a fontes de água potável está identificado como um dos principais riscos tanto do ponto de vista da paz como do ponto de vista do crescimento económico. Os riscos são, portanto, muito elevados, agudizados em países com pouco acesso a fontes naturais de água. De facto, em alguns países do Pacífico, verifica-se mesmo já uma elevada escassez do recurso devido ao aumento da população que originou, em muitos casos, uma sobre exploração dos aquíferos disponíveis. A título de exemplo, a Indonésia está a delinear planos para a mudança da sua capital devido à sobre exploração de aquíferos de origem subterrânea.

Tornam-se, por isso, mais importantes ainda todos os planos que permitam por um lado um acesso maior ao recurso, mas, mais importante, a efetiva implementação de políticas de utilização racional de um recurso que sabemos limitado. O tratamento de águas residuais para posterior reutilização está à cabeça das políticas que importa implementar, pela sua elevada eficiência em termos de preservação do recurso água. Em Portugal a ERSAR publica anualmente os dados relativos à qualidade da água, que indiciam a elevada qualidade da água e do serviço prestado em Portugal.

Os últimos dados conhecidos indicam que mais de 98% das análises realizadas em Portugal não apresentavam qualquer incumprimento, e que 96% dos alojamentos em Portugal têm acesso a abastecimento de água, enquanto 83% têm acesso a drenagem de águas residuais. Ainda assim há aspetos a melhorar e existem riscos que estão identificados e que urge abordar: a intensificação dos fenómenos meteorológicos extremos, com períodos de seca mais frequentes e prolongados aconselha a que a capacidade de captação e armazenagem de água seja aumentada, e por outro a elevada idade de algumas das infraestruturas existentes obrigam a delinear um plano abrangente que vá permitindo a progressiva substituição de redes.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Com o presente Relatório de Gestão, em cumprimento do previsto na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração da ICOVI, E.M. visa registar os aspetos mais relevantes das atividades da empresa no ano de 2019. A atuação da empresa, nos diferentes campos de intervenção, tem como objetivos fundamentais a otimização dos resultados operacionais e a racionalização de custos, garantindo ao mesmo tempo um serviço de qualidade superior, tendo sempre em linha de conta o enquadramento macroeconómico.

O SISTEMA

O abastecimento de água em alta no concelho da Covilhã é feito através de 9 subsistemas, com 31 reservatórios em alta com uma capacidade total de armazenamento de 18.645 m³, com 21 pontos de entrega e 27 origens próprias dos diferentes subsistemas de abastecimento cobrem 93,83% e servem 93,33% da população. O maior subsistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato e fornece água a 53% dos habitantes do concelho, os outros subsistemas dependem quase exclusivamente de captações de água subterrâneas: poços e minas. A primeira fase do projeto de abastecimento de água em alta ao Concelho da Covilhã, a qual incluiu a beneficiação da ETA das Penhas da Saúde bem como a construção de cerca de 25 Km de novas condutas adutoras e seis novos reservatórios, foi concluída em dezembro de 2015, entrando em serviço durante o ano de 2016.

A segunda fase do projeto, atualmente em desenvolvimento, incluirá a nova Barragem da Ribeira das Cortes, uma nova ETA e o respetivo sistema adutor.

GESTÃO DA ÁGUA

A principal atividade da ICOVI é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo as seguintes fases, a captação, passando pelo tratamento e a distribuição em alta de água para consumo público.



INVESTIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

- Reparação de caudalímetros ETA, R012 e R104; reparação de atuador ETA; substituição secador de ar ETA; substituição de areia dos filtros gravíticos de areia; normalização do funcionamento da válvula allimétrica R101; reposição do funcionamento dos sistemas autónomos de produção de energia elétrica no R102 e R104);

- Elaboração de estudos e projetos relativos à normalização de requisitos exigidos pelas entidades competentes relativamente à Barragem da Cova do Viriato (nomeadamente Proposta de Classificação da Barragem, Antepiano de Observação da Barragem, Reabilitação da Rede de Drenagem da Galeria de visita).

Levantamento da atual situação da infraestrutura (para efeitos de futura monitorização programada conforme Antepiano/plano de Observação a adotar. Intervenção ao nível da conservação da infraestrutura (reposição da iluminação da galeria de visita, levantamento de patologias existentes);

- Definição de procedimento tipo adotar para operação da descarga de fundo da barragem Cova do Viriato;

- Reativação dos projetos existentes (ainda válidos) e respetivo licenciamento, nomeadamente do projeto ambiental, levantamento da informação existente/ponto de situação da Barragem da Ribeira das Cortes;

- Estudo e análise técnica da sobreposição de áreas relativas ao processo de classificação da Tapada do Dr. António versos área a afetar pela construção da futura barragem da Ribeira das Cortes;

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS:

- Empreitada do Jardim das Artes; procedimento de receção definitiva de equipamentos;

- Manutenção das Piscinas Municipais (intervenção pavimento/revestimento piscina praia e piscina municipal);

- Manutenção do Complexo Desportivo (levantamento/estudo luminotécnico para eventual substituição do sistema de iluminação do campo principal por projetores LED).

PROJETO COVILHÃ SOLAR

A ICOVI foi a entidade responsável pela implementação do Projeto Covilhã Solar, que visa a promoção do consumo e produção de energia elétrica solar, possibilitando a diversas entidades do Concelho da Covilhã aceder a esta forma de energia, bem como poupar na fatura proveniente do aquecimento de águas sanitárias. Foi assim possível colocar diversas instalações deste tipo em diversas estruturas dispersas por todo o Concelho da Covilhã.

Relatório e Contas 2019

Estando a terminar o período de amortização dos financiamentos, e atendendo ao facto de uma gestão de proximidade potenciar os benefícios deste projeto, endereçamos propostas às entidades que manifestaram a intenção de adquirir as estruturas. A Águas da Covilhã foi a primeira entidade a aceitar a proposta, pelo que as instalações presentes em reservatórios sob gestão da ADC foram alienadas. Este é um processo que se pretende intensificar durante o próximo ano.

A este propósito, foram constituídas imparidades relativamente a duas entidades que apresentam um elevado saldo a favor da ICOVI as duas entidades são o Centro de Dia de Cantar Galo, que estando em processo de insolvência e tendo alienado o imóvel não apresenta condições favoráveis à cobrança da dívida; também a dívida do Grupo Desportivo e Recreativo Unidos do Lameirão que apresenta uma escassa ou inexistente atividade regular. Ainda assim, serão envidados esforços no sentido de recuperar a dívida existente. Quanto às restantes entidades que apresentam dívidas que apresentam atividade regular ou são entidades públicas, não se afigura adequado constituir imparidades, mas antes intensificar esforços para a recuperação das dívidas.

Designação	Propriedade	Localidade			
ICovi - sede	Municipal	Tortosendo	Escola Básica 1º Ciclo e ATL "Central"	Municipal	Covilhã
Unidos Futebol Clube do Tortosendo	Privada	Tortosendo	Escola Básica 1º Ciclo dos Penedos Altos	Municipal	Covilhã
Junta de Freguesia Cortes do Meio	Privada	Cortes do Meio	Escola Básica 1º Ciclo do Refúgio	Municipal	Covilhã
Junta de Freguesia Orjais	Privada	Orjais	Escola Básica 1º Ciclo da Vila do Cavalito	Municipal	Covilhã
Centro Social Comunitário do Peso	Privada	Peso	Escola Básica 1º Ciclo da Aldeia do Souto - Edifício da Junta	Privada	Aldeia de Souto
Associação Juventude do Peso	Privada	Peso	Jardim de Infância - Alâmpada	Municipal	Covilhã
Escola Básica 1º Ciclo Peraboa	Municipal	Peraboa	EPABI - Pavilhão Pré Fabricado	Municipal	Covilhã
Escola Básica 1º Ciclo Jardim Ferro	Municipal	Ferro	Sede do Grupo Educação e Recreio Campos Melo	Privada	Covilhã
Escola Básica Teixoso/Sala de Deficientes - A	Municipal	Teixoso	Centro de Dia de Cantar Galo	Privada	Covilhã
Cantina Peso	Municipal	Peso	Grupo Desportivo e Recreativo Unidos Lameirão	Privada	Covilhã
Escola nº2 Engº Francisco Lobo Vasconcelos	Municipal	Peraboa	Freguesia Sarzedo	Privada	Sarzedo
CMC - Arquivo Municipal	Municipal	Covilhã	Junta Freguesia Barco	Privada	Barco
Escola Básica 1º Ciclo Coutada	Municipal	Coutada	Piscinas Barco	Privada	Barco
Escola Básica 1º Ciclo Peso	Municipal	Peso	Escola Básica 1º Ciclo da Fera - Tortosendo	Municipal	Tortosendo
Junta de Freguesia Peso	Privada	Peso	Escola Básica 1º Ciclo "lá e a Neve"	Municipal	Covilhã
CMC - Piscina Penedos Altos	Municipal	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo (Edifício Cantaria)	Municipal	Teixoso
CMC - Central de Camionagem	Municipal	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Santo António	Municipal	Covilhã
CMC - Biblioteca Municipal	Municipal	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Montes Hermínios	Municipal	Tortosendo
Associação Junta Freguesia Ourondo	Privada	Ourondo	Escola Básica 1º Ciclo Boidobra	Municipal	Covilhã
Escola Básica 1º Ciclo Barco	Municipal	Barco	Escola Básica 1º Ciclo Orjais	Municipal	Orjais
Escola Básica 1º Ciclo Casegas	Municipal	Casegas	Escola Básica 1º Ciclo Vale Formoso	Municipal	Covilhã
Escola Básica 1º Ciclo Erada	Municipal	Erada	Escola Básica 1º Ciclo Verdelhos	Municipal	Verdelhos
Associação Solidariedade Sobral S.Miguel	Privada	Sobral S. Miguel	Centro Social Cultural Verdelhos	Privada	Verdelhos
Junta de Freguesia Unhais da Serra	Privada	Unhais da Serra	CCD Estrela do Zazere Boidobra	Privada	Boidobra
Jardim Infância Teixoso	Privada	Teixoso	Escola Básica 1º Ciclo S.Jorge da Beira	Municipal	M da Panasqueira
CMC - Sala de Formação	Municipal	Ferro	Escola Básica 1º Ciclo Dominguis	Municipal	Dominguis
Sport Club Estrela da Pousadinha	Privada	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Paúl	Municipal	Paúl
Junta de Freguesia Cantar Galo	Privada	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Vales do Rio	Municipal	Vales do Rio
Junta de Freguesia Boidobra	Privada	Covilhã	Escola Básica 1º Ciclo Unhais da Serra	Municipal	Unhais da Serra
Recinto Desportivo S. Jorge da Beira	Privada	M da Panasqueira	Jardim de Infância Peso	Municipal	Peso
Pavilhão Polidesportivo Cortes do Meio	Privada	Cortes do Meio	Jl / Escola Básica 1º Ciclo Barco Grande	Municipal	Francisco Assis
			Pavilhão Polidesportivo Vales do Rio	Privada	Vales do Rio

APROVEITAMENTOS MINI-HÍDRICOS

Este projeto de parceria com a Siemens não sofreu grandes desenvolvimentos durante o ano de 2019. No entanto, com a aproximação do período de 5 anos sobre o investimento na Primeira Fase de Abastecimento ao Concelho da Covilhã, começam a verificar-se as condições que permitiram implementar uma solução deste tipo, pelo que se devem retomar os esforços para verificar a viabilidade desta solução.

GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

Em 30 de Junho de 2015 foi celebrado um Contrato Programa entre o Município da Covilhã e a ICOVI para a gestão de Infraestruturas Municipais ligadas ao desporto, cultura e lazer. Desde então e até ao final do ano de 2019, em que, por decisão tomada pela Câmara Municipal, o referido Contrato Programa foi revogado, a ICOVI tem vindo a gerir estas infraestruturas. No sentido de proporcionar melhores condições e fazer uma gestão adequada, foram realizados investimentos, alterados procedimentos e implementados sistemas de controlo. Deve-se referir que o desenho de sistemas de controlo começado no ano de 2018 e concluídos no presente ano, e as mudanças que esse conhecimento permitiu identificar como críticas, permitem ao Município poupar em consumos correntes cerca de 150 mil euros/ano. Num quadro atual em que as alterações climáticas se tornam uma emergência global, tal poupança no consumo de recursos energéticos e de água para consumo humano é altamente relevante. No presente ano o montante de despesa realizado ascende a 70.935,78 euros.

COMPLEXO DESPORTIVO

É uma das mais importantes, ou a mais importante infraestrutura desportiva do Concelho da Covilhã que, por via da idade, apresenta algumas necessidades de investimento. Por outro lado, a desadequação atual dos sistemas aí instalados leva a que tenham que, paulatinamente, e depois de identificados os problemas, ser realizadas mudanças nos procedimentos de manutenção e efetuadas intervenções pontuais com vista à economia de recursos, mas também de melhoria das condições dos seus utentes. O gasto realizado no ano de 2019 ascendeu a 15.484,16 euros de onde se destacam as seguintes intervenções:

- Conclusão da obra de impermeabilização das bancadas;
 - Instalação de ar condicionado e aquisição de material didático para a sala de ginástica;
 - Instalação de rede de rega não tratada que permite a poupança de milhares de metros cúbicos de água para consumo humano nos meses de verão;
- Revisão das instalações sanitárias e aquisição de novo sistema de aquecimento de águas sanitárias.



PISCINA MUNICIPAL

A Piscina Municipal da Covilhã é uma infraestrutura com tradição na nossa cidade e a sua construção conta já com várias décadas. As posteriores obras realizadas de cobertura vieram trazer alguns problemas estruturais que se têm revelado difíceis de resolver. Ainda assim, e porque atendendo à idade da estrutura e dos equipamentos aí instalados, carece de constante supervisão e intervenção. No ano de 2019, foram realizadas intervenções no sentido de dar melhores condições aos seus utentes e de modernizar e automatizar o tratamento da água e dos tanques. Realizaram-se intervenções profundas de reabilitação dos balneários e dos sanitários recorrendo aos recursos humanos do município que tiveram um papel muito relevante. Realizaram-se ainda intervenções, há muito não realizadas, de limpezas de filtros de água e dos tanques e a aquisição de bombas doseadoras automáticas que vieram diminuir a necessidade de intervenção humana e tornar mais constante a presença de desinfetantes na água. A despesa realizada em 2019 foi de 22.276,15 euros.

PISCINA PRAIA

Local privilegiado da época balnear da Covilhã, esta infraestrutura goza de qualidade ímpares na região. Fruto das suas especificidades de funcionamento os equipamentos aí instalados são diversos e muito mais complexos que na maioria das piscinas ao ar livre. Em consequência, foi realizada uma intervenção de limpeza de filtros que não havia ainda sido realizada desde a sua construção devido à complexidade que a mesma poderia representar. No seguimento do investimento realizado no ano de 2018 de aquisição de controladores automáticos dos parâmetros de qualidade da água no tanque, este ano foram adquiridas novas bombas de dosagem de produtos químicos que vieram automatizar ainda mais a monitorização e manutenção da qualidade da água.

Deve ainda ser referido que, por via da alteração de procedimentos, a manutenção e recuperação anual do tanque e do seu revestimento foi este ano de cerca de 30% do que era usual. Referir também que o montante de despesa realizada ascendeu a 15.024,85 euros.

JARDIM DAS ARTES

O Jardim das Artes, espaço verde interativo e moderno, situado na zona nova da cidade, o jardim abarca um espaço de lazer, com 18 mil metros quadrados. Plantado junto à rua Centro de Artes, próximo do Serra Shopping, dispõe de um percurso pedonal de 840 metros quadrados envolvido por uma vasta zona verde com um jardim de esculturas. Este espaço, possui o maior parque infantil do concelho, uma cafetaria com esplanada que teve abertura ao público no ano 2019, centro de atividades físicas para adultos, skate parque, espelho de água e uma área com 400 lugares sentados para atividades culturais. Este espaço é ideal para famílias com filhos pequenos, mas não só, pois foi projetado tendo em conta as diferentes etapas da vida dos cidadãos. Todo o jardim disponibiliza acesso gratuito à Internet, via wireless wi-fi.

ENERGIA FOTOVOLTAICA

A este propósito, foram constituídas imparidades relativamente às duas entidades seguintes, no total de 18.937,50 euros:

1. Centro de Dia de Cantar Galo, que estando em processo de insolvência e tendo alienado o imóvel não apresenta condições que permitam a cobrança da dívida;
2. O Grupo Desportivo e Recreativo Unidos do Lameirão que face à reduzida atividade desenvolvida, é improvável que a dívida venha a ser recuperada. Ainda assim, serão desenvolvidos esforços no sentido de recuperar a dívida.

Quanto às restantes entidades, cuja dívida total é de 78.689,11 euros, apesar da mora ser significativa, entende-se que estão reunidas as condições para a sua recuperação. De facto, têm sido desenvolvidos esforços para acordar com estas entidades a definição de planos de pagamento para cobrança das dívidas existentes e concretizar a venda dos equipamentos de produção de energia.

ENERGIA MINI-HÍDRICA

O processo de avaliação do potencial deste tipo de energia deve ser retomado, uma vez que, o horizonte temporal em que ele se poderá efetivamente implementar está a aproximar-se. Estando neste momento suspenso, nos próximos anos devem ser recuperados os estudos já feitos e intensificar a procura de soluções para a sua implementação.

[Handwritten signature]

DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Um dos fatores que mais tem condicionado o desenvolvimento do coberto florestal ao longo dos tempos é o fogo. O abandono a que tem sido votada a floresta nas últimas décadas, o crescente êxodo rural, a mudança de costumes das gentes que trabalhavam a terra, bem como uma silvicultura pouco ajustada, fizeram com que este fenómeno tivesse tomado proporções alarmantes nos últimos anos.

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível baseia-se na prevenção, procurando minimizar as áreas afetadas por incêndios florestais que possam vir a deflagrar, bem como as consequências nefastas que os acompanham. Com esta intervenção pretende-se investir na prevenção, criando efetivamente as Faixas de Gestão de Combustível, que estão definidas na Rede Primária Distrital, nas Freguesias do Concelho da Covilhã.

Este projeto tem como objetivo aumentar a resistência do terreno face ao avanço de eventuais incêndios e criar uma zona segura para as equipas de combate a incêndios. Situa-se, na maioria da sua extensão, em zona de cumeada, em zonas de perigosidade de nível 4 e 5 (Perigosidade Alta e Muito Alta), onde os ventos e a orografia do terreno dificultam o combate a incêndios e comprometem a segurança.



RESUMO DAS INTERVENÇÕES

No âmbito de três candidaturas ao PDR2020, através da medida 8.1.3 – Prevenção da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos, foi possível investir na prevenção, criando efetivamente, Faixas de Gestão de Combustível, que estão definidas na Rede Primária Distrital. A execução de todas as faixas, concretizou-se pela execução de um conjunto de operações de silvicultura preventiva, realizadas em locais estrategicamente definidos, com o intuito de promover a infraestruturização do espaço florestal, evitar a progressão dos incêndios florestais e permitir um combate mais eficaz e seguro, o que resultou num montante de despesa realizada de 238.018,48 euros.

A Candidatura nº 813-027301, com um custo total de investimento 100.598,75 euros, teve como objetivo investir na prevenção na União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo e União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto. Estas faixas, localizadas nas proximidades das povoações, permitem aumentar a resistência do terreno face ao avanço de eventuais incêndios e criar uma zona segura para as equipas de combate a incêndios. As faixas intervencionadas no âmbito deste projeto abrangem uma área de 70.29 hectares constituídos em cerca de 80% por coberto vegetal, sendo 72,3 % da área total ocupada por floresta e a restante por matos, vegetação herbácea, afloramentos rochosos e caminhos.

Candidatura nº 813-027302, o objetivo foi investir na prevenção, criando efetivamente as Faixas de Gestão de Combustível, que estão definidas na Rede Primária Distrital, na União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo, Freguesia de Orjais, União das Freguesias Vale Formoso e Aldeia do Souto. As faixas intervencionadas no âmbito deste projeto abrangem uma área de 39,76 hectares constituídos em cerca de 90% por coberto vegetal, sendo 72,3 % da área total ocupada por floresta e a restante por matos, vegetação herbácea, afloramentos rochosos e caminhos, com um custo total de investimento 55.388,44 euros.

Candidatura nº 813-027303, as faixas intervencionadas no âmbito deste projeto abrangem uma área de 49.51 hectares constituída em cerca de 80% por coberto vegetal, sendo 72,3 % da área total ocupada por floresta e a restante por matos, vegetação herbácea, afloramentos rochosos e caminhos, com um custo total de investimento de 71.205,29 euros.

Esta intervenção teve como objetivo a prevenção, nas Freguesias de Verdelhos e União das Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho, União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo.

OBJETIVOS PARA 2020 E ANOS SEGUINTE

Concentrado na sua missão e na sua visão, a ICOVI continuará a desenvolver a sua atividade, num quadro de universalidade e de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, com maior foco no aumento do seu negócio, assente na consolidação financeira e na eficiência de exploração, que têm vindo a conseguir-se. Apresentam-se as seguintes atividades, a concretizar durante o próximo ano e seguintes, na sequência dos objetivos plasmados nos estatutos da empresa, em desenvolvimento desde o seu início de atividade, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das missões afetas ao abastecimento de água em alta, na implementação e dinamização de projetos na área das energias renováveis, na gestão das infraestruturas municipais e, finalmente, na divulgação da sua missão e projetos junto das populações que pretende servir.

- Controlar a qualidade da água fornecida com vista ao cumprimento rigoroso de legislação em vigor, através do PCQA, aprovado pela ERSAR;
- Desenvolver e implementar o Plano de Segurança da Água (PSA) para todos os subsistemas de abastecimento de água em alta no concelho da Covilhã;
- Revisão e estabelecimento de um novo Plano de Contingência a ser aplicado a fenómenos meteorológicos extremos, envolvendo as diversas entidades municipais e de Proteção Civil.
- Melhorar o processo de monitorização do tratamento de água para abastecimento; Elaborar e implementar o plano de prevenção e manutenção das infraestruturas existentes;
- Potenciar a redução do consumo de energia das infraestruturas existentes;
- Promover e manter os diferentes sistemas elencados na alínea b) do n.º 5 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, nomeadamente:



- Um sistema de garantia de qualidade do serviço prestado aos utilizadores
- Um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas
- Um sistema de gestão de segurança
- Um sistema de gestão ambiental

PERSPETIVAS FUTURAS

A ICOVI em 2020 reduziu as suas atividades ficando apenas com a exploração e fornecimento de água em alta e com a exploração do Jardim das Artes. Este facto terá consequência ao nível da estrutura, recursos humanos e ativos fixos tangíveis associados às atividades assumidas pelo Município da Covilhã.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2020. A propagação do surto Covid-19, se afetar significativamente o consumo, poderá impactar os clientes e, conseqüentemente, a cadeia de valor, e por isso, poderá ter um efeito na atividade desenvolvida. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

Tendo em conta a atividade da ICOVI a desenvolver em 2020, é expectativa da Administração que os impactos não terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a Administração não está em condições de fornecer informação económica e financeira sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da empresa. Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual a Administração informa que não existem indicadores de que as atividades da empresa venham a ser interrompidas, e por isso, entendem que não está em causa a continuidade da empresa.

Salienta-se alguns investimentos programados para o ano 2020:

- Desenvolver o "Projeto de Abastecimento de Água em Alta ao Concelho da Covilhã Fase II", o qual inclui a execução da nova barragem da Ribeira das Cortes, a nova ETA da Varanda dos Carqueijais e o respetivo sistema adutor de interligação.

Entre as infraestruturas referidas, nomeadamente com a elaboração do projeto de execução, das peças de procedimento e respetivo lançamento e condução do procedimento de contratação pública, bem como, paralelamente, proceder à instrução de candidatura a financiamento público, assim que tal seja possível através da abertura de candidaturas respetiva;

- Desenvolvimento de projeto/candidatura/execução da conduta adutora entre o R105 e o R51 Peso;
- Levantamento das necessidades de reabilitação dos reservatórios existentes em alta, bem como avaliação/readaptação do sistema de tratamento existente nos mesmos (quando aplicável), com correspondente elaboração de projeto de execução e desenvolvimento de eventuais candidaturas a fundos nacionais/comunitários;
- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito do Abastecimento de Água em Alta.
 - Execução de trabalhos diversos de reparação/melhorias na ETA das Penhas da Saúde;
 - Execução de novas ligações hidráulicas, para reforço de emergência da disponibilidade hídrica do sistema de abastecimento (plano de contingência);
 - Execução de trabalhos de reabilitação de reservatórios/sistemas de tratamento de acordo com as exigências do Plano de Segurança da Água (PSA).

AQUISIÇÕES E SERVIÇOS

- Aquisição de diverso software necessário para a execução e acompanhamento de projeto;
- Aquisição de equipamento de comunicação/telegestão para as diferentes áreas de intervenção da empresa municipal;
- Aquisição de sistema de informação geográfica (SIG) para gestão global de infraestruturas associadas à empresa municipal ICOVI;
- Aquisição de serviços adicionais de controlo analítico para caracterização da água bruta e avaliação do sistema de tratamento de cada subsistema existente, no âmbito do PSA.

SETOR ENERGIAS RENOVÁVEIS

- Conclusão do projeto relativo à candidatura conjunta ICOVI/UBI aprovada pela entidade gestora FCT, relativa à ERANETMED – Projeto Edgewise – Gestão Integrada de Sistemas de Energia e Água, desenvolvida em parceria com a Universidade da Beira Interior e outras entidades estrangeiras;
- Desenvolvimento/concretização dos estudos relativos à possibilidade de aproveitamentos hidroenergéticos ao longo do sistema de abastecimento de água em alta ao município da Covilhã, em colaboração/parceria com a SIEMENS S.A.;

- Outras candidaturas a financiamento público no âmbito das Energias Renováveis;
- Monitorização e funcionamento dos sistemas de microgeração instalados;
- Proceder à realização de candidaturas a fundos disponíveis para criação de Parques Eólicos no Concelho da Covilhã



ATIVIDADES RELACIONADAS COM O AMBIENTE

- Proceder à instrução, submissão e execução (em caso de aprovação) de candidaturas a financiamento público relacionadas com o Ambiente;
- Concretização dos procedimentos de contratação pública e respetiva execução física relativos a 2 candidaturas submetidas ao PDR2020 (Redes Primárias), as quais se encontram aprovadas pela entidade gestora do financiamento comunitário.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

- Implementação junto das populações de ações de educação, de sensibilização ambiental e de utilização responsável da água junto da comunidade;
- Desenvolvimento e implementação da atualização da imagem institucional da ICOVI, EM, nomeadamente pela implementação de ferramentas eletrónicas de acesso à informação da empresa municipal através do seu site, dando cumprimento às exigências legais e institucionais, melhorando a transparência e o acesso à informação.
- Planeamento e implementação de uma campanha que vise a promoção da frequência e utilização das infraestruturas municipais sob gestão da ICOVI, EM, nomeadamente o Jardim das Artes, fomentando a prática desportiva e a aquisição de hábitos de vida saudáveis da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração congratula-se pela colaboração de todos os que contribuíram para o desempenho operacional e financeiro da ICOVI, ao desenvolvimento das atividades previstas para 2019 ao nível das obras e da exploração, com os recursos operacionais e humanos próprios necessários, recorrendo ao apoio transversal da Câmara Municipal da Covilhã e ADC - Águas da Covilhã, EM, bem como a prestações de serviços específicas, durante o ano de 2019, destacando:

- as trabalhadoras e trabalhadores, pela dedicação, competência e profissionalismo;
- os gestores das empresas, que prosseguem e concretizam diariamente, a nossa missão comum;
- os membros dos órgãos sociais, pela colaboração prestada;
- ao acionista, pelas orientações, pelo empenho, pela confiança e pelo apoio concedidos;
- os clientes, parceiros privados e instituições financeiras, pela renovada confiança;
- a Entidade Reguladora, pela disponibilidade e colaboração;
- as entidades oficiais nacionais e internacionais do setor do ambiente;

ACTIVIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA

Tendo em conta a evolução dos rendimentos e dos gastos, o resultado operacional reduziu-se em 75.899,67 euros, tendo totalizado 92.876,59 euros. Nos rendimentos destacam-se as rubricas:

1. “Vendas e serviços prestados”, que evoluiu positivamente, tendo atingido 1.041.470,10 euros (1.035.958,57 euros em 2018). Nesta rubrica realça-se o peso dos rendimentos resultantes da atividade de fornecimento de água, que totalizam 859.797,80 euros (840.599,27 euros em 2018);
2. “Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, no valor de 393.963,60 euros (385.078,67 euros em 2018). Trata-se da imputação da participação da ICOVI nos resultados da sua participada ADC;
3. “Subsídios à exploração”, no valor de 219.553,87 euros (20.642,76 euros em 2018). A evolução positiva desta rubrica resulta dos apoios reconhecidos em 2019 (recebidos e/ou a receber), no valor aproximado de 191 milhares de euros, referentes à comparticipação do IFAP nas despesas da execução dos trabalhos previstos nas candidaturas ao PDR2020.

Nos gastos destacam-se as rubricas:

1. “Fornecimentos e serviços externos”, que aumentaram 169.814,63 euros, tendo atingido a quantia de 488.218,36 euros (318.403,73 euros em 2018). O aumento referido, resultou essencialmente dos gastos relativos à execução dos investimentos para a Prevenção da Floresta Contra Agentes Bióticos e Abióticos (candidaturas ao PDR2020), que totalizaram cerca de 247 milhares de euros;

2. "Gastos com o pessoal", que evoluíram positivamente, tendo atingido 595.554,59 euros (793.075,45 euros em 2018). Em 2020 espera-se que esta rubrica seja substancialmente reduzida, como consequência da assunção pelo Município da Covilhã de algumas das atividades que até 31/12/2019 foram exercidas pela ICOVI. Refira-se também que em 2018 parte dos gastos com pessoal foram comparticipados pelo Município da Covilhã, tendo gerado nesse ano o reconhecimento de rendimentos no valor de 321 milhares de euros;
3. "Juros e gastos similares suportados", que evoluíram positivamente, tendo atingido 71.607,71 euros (105.546,03 euros em 2018). Apesar de ter havido um aumento dos financiamentos em cerca 113.540,29 euros, a redução do gasto com juros deveu-se à contratação de novos financiamentos para substituição do principal financiamento, com condições muito mais favoráveis.

O ativo corrente totaliza a quantia de 1.876.827,67 euros (1.913.139,30 euros em 31/12/2018), destacando-se os inventários que ascendem a 967.510,26 euros e os diferimentos que totalizam 92.311,83 euros, sendo de salientar o seguinte:

1. Os inventários são referentes a trabalhos realizados em 2017 e 2018 em infraestruturas pertencentes ao Município da Covilhã, em que a ICOVI foi a responsável pela sua execução ao abrigo de protocolos celebrados entre estas entidades. A expectativa da Administração é que, a faturação ao Município da Covilhã ocorra em 2020;
2. Nos Diferimentos estão incluídos 70 milhares de euros, cuja realização está dependente de acordo a concretizar entre a ICOVI e um fornecedor. É convicção da Administração que este acordo é possível, ainda que para o efeito possa ter de ser intentada uma ação judicial.

A Administração considera que a recuperação dos dois ativos referidos nos pontos anteriores, são importantes para manter o equilíbrio financeiro da ICOVI e fazer face aos compromissos de amortização de financiamentos em 2020 e 2021.

Como já referido, em início de 2020, a empresa cedeu ao Município da Covilhã a exploração de várias atividades, tendo ficado apenas com o fornecimento de água em alta e com a exploração do "Jardim das Artes".

Os resultados contabilísticos e os resultados para efeitos fiscais têm vindo a degradar-se nos últimos anos, pelo que, a Administração, de forma prudente, decidiu não reconhecer o imposto diferido ativo correspondente ao prejuízo fiscal estimado para o ano 2019 que é de 273 milhares de euros. A expectativa da Administração é que a reformulação da atividade iniciada em 2020, potencie favoravelmente os resultados futuros, os quais deverão ser suficientes para deduzir, na sua grande maioria, os prejuízos fiscais acumulados, no total de 774,5 milhares de euros. Consequentemente, considera-se muito provável a realização do imposto diferido ativo, que em 31/12/2019 ascende a 111.310,24 euros.

Finalmente refere-se que o passivo total ascende a 6.240.327,77 euros (6.389.935,59 euros em 31/12/2018) e o passivo corrente ascende a 972.565,43 euros (1.289.397,60 euros em 31/12/2018). No passivo, para além dos financiamentos que ascendem a 3.773.084,43 euros (3.659.544,14 euros em 31/12/2018), destaca-se o Imposto a pagar relativo aos subsídios ao investimento, no valor de 1.996.710,59 euros (2.063.178,72 euros em 31/12/2018).

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A ICOVI, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias (i)

Risco de taxa de juro;

1. Risco de taxa de câmbio;
2. Risco de liquidez;
3. Risco de crédito;
4. Risco de mercado.

A Administração tem estado empenhada e assume a responsabilidade pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da ICOVI, orientadas em função das suas preocupações essenciais.

A exposição da ICOVI ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades da empresa como também fazer face a eventuais operações de caráter extraordinário. Atendendo à situação financeira da ICOVI e apesar do volume de financiamentos ainda estar acima do desejável, o risco de taxa de juro considera-se ainda moderado, nomeadamente porque em 2019 foram contratados financiamentos em condições muito mais favoráveis.

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente ou de qualquer outra entidade devedora, relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas no âmbito da sua atividade. A Administração está empenhada na gestão permanente dos créditos a receber, bem como o acompanhamento da evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade. O principal risco de crédito está associado aos saldos a receber das entidades envolvidas no projeto “Covilhã Solar”, no entanto, a Administração considera que as expectativas de cobrança são positivas, tendo em conta os desenvolvimentos recentes de negociação com estas entidades, e por isso entende que este risco é ainda reduzido. Tendo em conta a avaliação do risco associado a cada devedor, no exercício findo em 31/12/2019 foram reconhecidas perdas por imparidade no valor de 18.937,50 euros.

A Administração procura efetuar um planeamento rigoroso dos serviços que presta, sendo de referir que a ICOVI não está exposta de forma significativa às flutuações de mercado, mas depende fortemente das intenções e decisões do Município da Covilhã. Pese embora este condicionalismo, a Administração está empenhada em ter níveis de atividade e estrutura adequados para aumentar os níveis de rentabilidade.

RÁCIOS DE RENTABILIDADE

Os indicadores dos rácios económico-financeiros que se traduzem na relação entre os resultados líquidos e o património dizem bem da ação positiva da empresa.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração propõe que o resultado positivo de 18.767,14€ seja transferido para a conta de resultados transitados.



Tortosendo, 24 de abril de 2020

AS CONTAS

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'P' followed by a smaller 'A' and a vertical stroke, possibly representing 'P. A.' or a similar name.

BALANÇO

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	73.624.507,10	74.278.955,02
Ativos intangíveis	8	3.600,00	7.200,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	7.359.778,26	6.973.472,00
Ativos por impostos diferidos	10	111.310,24	111.310,24
Sub - total		81.099.195,60	81.370.937,26
Ativo corrente			
Inventários	11	967.510,26	967.510,26
Clientes	12	195.901,06	133.913,23
Estado e outros entes públicos	13	5.586,30	5.586,30
Outros créditos a receber	14	233.935,42	413.391,14
Diferimentos	15	92.311,83	74.919,33
Caixa e depósitos bancários	5	381.582,80	317.819,04
Sub - total		1.876.827,67	1.913.139,30
Total do ativo		82.976.023,27	83.284.076,56
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	64.000.000,00	64.000.000,00
Reservas legais	16	161.846,61	161.846,61
Outras reservas	16	2.941.101,81	2.941.101,81
Resultados transitados	16	-589.518,85	-318.648,11
Ajustamentos / outras variações do capital próprio	16	10.203.498,79	9.995.632,73
Sub - total		76.716.928,36	76.779.933,04
Resultado líquido do período	16	18.767,14	114.207,93
Total do capital próprio	16	76.735.695,50	76.894.140,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	3.271.051,75	3.037.359,27
Outras contas a pagar	18	1.996.710,59	2.063.178,72
Sub - total		5.267.762,34	5.100.537,99
Passivo corrente			
Fornecedores	19	65.892,89	131.706,54
Estado e outros entes públicos	20	36.764,96	40.586,92
Financiamentos obtidos	17	502.032,68	622.184,87
Outras dívidas a pagar	18	308.963,11	427.722,58
Diferimentos	21	58.911,79	67.196,69
Sub - total		972.565,43	1.289.397,60
Total do passivo		6.240.327,77	6.389.935,59
Total do capital próprio e do passivo		82.976.023,27	83.284.076,56



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Vendas e serviços prestados	22	1.041.470,10	1.035.958,57
Subsídios à exploração	23	219.553,87	20.642,76
Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	393.963,60	385.078,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-22.118,59	-26.364,45
Fornecimentos e serviços externos	24	-488.218,36	-318.403,73
Gastos com o pessoal	25	-595.554,59	-793.075,45
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-18.937,50	
Outros rendimentos	26	307.052,55	613.585,84
Outros gastos	27	-52.043,98	-61.820,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		785.167,10	855.601,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-692.290,51	-686.825,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		92.876,59	168.776,26
Juros e rendimentos similares obtidos	29		14,81
Juros e gastos similares suportados	30	-71.607,71	-105.546,03
Resultado antes de impostos		21.268,88	63.245,04
Imposto sobre o rendimento do período	10	-2.501,74	50.962,89
Resultado líquido do período		18.767,14	114.207,93

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	6	1.138.656,44	1.200.277,00
Pagamentos a fornecedores		-649.351,34	-628.812,33
Subsídios à exploração		63.387,00	225.917,30
Pagamentos ao pessoal	6	-483.068,70	-624.127,31
Caixa gerada pelas operações		69.623,40	173.254,66
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento		-4.006,55	-5.689,74
Outros recebimentos / pagamentos	6	10.134,84	72.471,20
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		75.751,69	240.036,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-58.757,07	-182.301,37
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		46.836,70	
Subsídios ao investimento		6.957,62	
Dividendos			13,76
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-4.962,75	-182.287,61
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.096.741,66	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.890.469,37	-382.606,97
Juros e gastos similares		-105.622,38	-87.188,83
Pagamento de leasings		-107.675,09	-145.991,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-7.025,18	-615.786,95
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		63.763,76	-558.038,44
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	317.819,04	875.857,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	381.582,80	317.819,04
Varição de caixa e seus equivalentes (saldo final - saldo inicial)		63.763,76	-558.038,44

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2018

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2017	1	64.000.000,00	149.846,61	2.941.101,81	-119.368,86	9.784.511,66	237.891,71	76.993.982,93
Alterações no período								
Resultados não atribuídos (MEP)	16				-425.170,96	425.170,96		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP)	16					-7.657,34		-7.657,34
Aplicação do resultado de 2017	16		12.000,00		225.891,71		-237.891,71	
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16							
Reconhecimento de subsídios ao investimento - imposto a pagar	16							
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	16					-284.583,81		-284.583,81
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar	16					78.191,26		78.191,26
Sub - total	2		12.000,00		-199.279,25	211.121,07	-237.891,71	-214.049,89
Resultado líquido do período de 2018	3						114.207,93	114.207,93
Resultado integral	4						114.207,93	114.207,93
Operações com detentores do capital próprio	5							
Posição no fim do período de 2018	6=1+2+3+5	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-318.648,11	9.995.632,73	114.207,93	76.894.140,97

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS 2019

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2018	1	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-318.648,11	9.995.632,73	114.207,93	76.894.140,97
Alterações no período								
Resultados não atribuídos (MEP)	16				-385.078,67	385.078,67		
Outros movimentos no capital próprio da subsidiária (MEP)	16					-7.657,34		-7.657,34
Aplicação do resultado de 2018	16				114.207,93		-114.207,93	
Reconhecimento de subsídios ao investimento	16					55.685,16		55.685,16
Reconhecimento de subsídios ao investimento - imposto a pagar	16					-12.362,11		-12.362,11
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	16					-288.103,95		-288.103,95
Imputação aos outros rendimentos - depreciação dos bens doados	16					-3.604,61		-3.604,61
Realização do subsídio ao investimento - imposto a pagar	16					78.830,24		78.830,24
Sub - total	2				-270.870,74	207.866,06	-114.207,93	-177.212,61
Resultado líquido do período	3						18.767,14	18.767,14
Resultado integral	4						18.767,14	18.767,14
Operações com detentores do capital próprio	5							
Posição no fim do período de 2019	6=1+2+3+5	64.000.000,00	161.846,61	2.941.101,81	-589.518,85	10.203.498,79	18.767,14	76.735.695,50

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da empresa: ICOVI-Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M. com o número de identificação de pessoa coletiva 508282322.

Sede: Avenida Viriato, 194 - Tortosendo

Natureza da atividade

A ICOVI é uma empresa municipal, foi constituída em 2008. O capital da empresa é de 64.000.000 euros sendo detido a 100% pelo Município da Covilhã. Tem por atividade principal a captação e tratamento de água CAE 36001.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho republicado pelo decreto lei 98/2016 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura concetual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF — DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

A adoção das NCRF nos termos definidos no Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho, ocorreu pela primeira vez em 2016. As Demonstrações Financeiras de 2016 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de

2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar*”.

4.1.3 Consistência de Apresentação

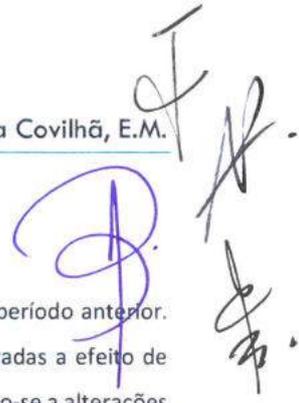
As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



4.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

No âmbito do processo de cisão os bens do ativo fixo tangível que passaram para a ICOVI foram reconhecidos na data da cisão como se segue:

- I. a quantia bruta que transitou da sociedade cindida foi reconhecida como quantia bruta na ICOVI;
- II. as depreciações acumuladas na sociedade cindida à data da cisão foram reconhecidas na ICOVI como; depreciações acumuladas. Após a data da cisão, os bens referidos estão a ser depreciados em função da vida útil estimada pela Administração.

As reintegrações do exercício referentes aos bens que resultaram do processo de cisão, foram determinadas de acordo com o estudo realizado pelo departamento técnico, à data da cisão. De acordo com este estudo foram definidas as seguintes vidas uteis, com destaque para os bens seguintes:

- ETAR das Penhas da Saúde - 65 anos;
- Zonas verdes e Captações de água: 32 anos;
- Câmaras de Perca de Carga - 75 anos;
- Redes de Esgotos - 160 anos;
- Reservatórios - 136 anos;
- Redes de distribuição de água em fibrocimento: 100 anos;
- Conduatas Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega - 175 anos;
- Estação de Tratamento de Água – 75 anos;
- Barragem do Viriato- 150 anos;
- Restante Equipamento Básico: 8 anos.

Ainda de acordo com este estudo, a entidade também estimou um valor residual para os bens do Ativo Fixo Imobilizado, que resumidamente foi de:

- ETAR das Penhas da Saúde (30% do valor escriturado);
- Câmaras de Perca de Carga (50% do valor escriturado);

- Redes de Esgotos e Zonas Verdes (60% do valor escriturado);
- Reservatórios (70% do valor escriturado);
- Conduitas Adutoras, Redes de distribuição de Água e Tanques de Rega (75% do valor escriturado).

As depreciações dos bens adquiridos após a data da cisão são calculadas às taxas de amortização previstas na legislação fiscal, eventualmente ajustadas nos casos em que a Administração da ICOVI entende que as vidas úteis estimadas são diferentes.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”. Os dispêndios iniciais suportados com a contratação dos financiamentos foram diferidos, sendo imputados aos resultados numa base sistemática ao longo do período de amortização.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade assim determinadas.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio
 - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros

estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros Passivos Correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no capital próprio gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e Outros Créditos a receber);

- IV. Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis;
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento a receber ou a restituir;
- VI. Apuramento das imparidades relativas a outros créditos a receber.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2019 e em 31/12/2018 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Numerário	11	2.383,06	1.268,24
Depósitos à ordem	12	379.199,74	316.550,80
Total		381.582,80	317.819,04

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram alterados critérios de reconhecimento nos fluxos de caixa:

- i. Os recebimentos correspondentes ao facto descrito na Nota 25, em 2018 tinham sido incluídos nos fluxos de caixa na rubrica “Recebimentos de clientes”. Em 2019 foi entendido passar a apresentar estas quantias na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”.

- ii. Em 2018 e em anos anteriores, os encargos sociais suportados pela entidade devidos à Segurança Social, foram incluídos nos fluxos de caixa na rubrica “Pagamentos ao Pessoal”. Em 2019 foi entendido passar a apresentar estas quantias na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”.

Atendendo aos aspetos referidos e para que haja comparabilidade da informação financeira apresentada nos fluxos de caixa, foram alterados os comparativos das rubricas referidas, conforme quadro seguinte:

Descrição	Balanço do exercício findo em 31/12/2018	Ajustamento aos comparativos	Balanço do exercício findo em 31/12/2018 (comparativo 2019)
Recebimentos de clientes	1.444.244,49	-243.967,49	1.200.277,00
Pagamentos ao pessoal	-764.331,17	140.203,86	-624.127,31
Outros recebimentos/pagamentos	-31.292,43	103.763,63	72.471,20
Total	648.620,89	0,00	648.620,89

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2019						Total
	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos							
Saldo inicial	2.604.561,86	65.083.836,12	12.714.432,87	104.858,60	22.090,18	883.595,66	81.413.375,29
Aquisições		19.692,17		21.040,65		45.793,30	86.526,12
Alienações			94.800,00	14.000,00			108.800,00
Saldo final	2.604.561,86	65.103.528,29	12.619.632,87	111.899,25	22.090,18	929.388,96	81.391.101,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	2.082,63	4.441.892,30	2.583.939,15	32.346,08	11.567,53	62.592,58	7.134.420,27
Alienações			-48.058,14	-8.458,33			-56.516,47
Depreciações o exercício	1.785,11	214.982,89	400.271,35	12.393,01	2.409,84	56.848,31	688.690,51
Saldo final	3.867,74	4.656.875,19	2.936.152,36	36.280,76	13.977,37	119.440,89	7.766.594,31
Ativo líquido	2.600.694,12	60.446.653,10	9.683.480,51	75.618,49	8.112,81	809.948,07	73.624.507,10

Descrição	2018							Total
	Terreno e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial	2.593.593,11	65.050.929,87	12.707.187,87	104.858,60	19.687,78	820.272,96	3.750,00	81.300.280,19
Aquisições	10.968,75	32.906,25	7.245,00		2.402,40	11.587,25	51.735,45	116.845,10
Alienações								
Transferências						51.735,45	-55.485,45	-3.750,00
Saldo final	2.604.561,86	65.083.836,12	12.714.432,87	104.858,60	22.090,18	883.595,66		81.413.375,29
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	297,52	4.227.046,16	2.184.045,14	19.518,11	8.749,24	11.538,45		6.451.194,62
Depreciações o exercício	1.785,11	214.846,14	399.894,01	12.827,97	2.818,29	51.054,13		683.225,65
Saldo final	2.082,63	4.441.892,30	2.583.939,15	32.346,08	11.567,53	62.592,58		7.134.420,27
Ativo líquido	2.602.479,23	60.641.943,82	10.130.493,72	72.512,52	10.522,65	821.003,08		74.278.955,02

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a quantia escriturada líquida dos ativos intangíveis é de 3,6 milhares de euros e 7,2 milhares de euros, respetivamente.

Os ativos intangíveis, são referentes ao direito de recolha de água em propriedade pertencente a uma entidade privada, adquirido em final de 2017, e vigora por um período de 3 anos com início em janeiro de 2018 e término em final de 2020.

O custo de aquisição foi de 10,8 milhares de euros e a amortização praticada anualmente corresponde a 1/3 do custo de aquisição (vida útil de 3 anos), o seja, é de 3,6 milhares de euros.

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:

2019					
Descrição	%	31-12-2018	Diminuições	MEP	31-12-2019
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	6.973.472,00	-7.657,34	393.963,60	7.359.778,26
Total	51,00%	6.973.472,00	-7.657,34	393.963,60	7.359.778,26
2018					
Descrição	%	31-12-2017	Diminuições	MEP	31-12-2018
ADC - Águas da Covilhã, E.M.	51,00%	6.596.050,67	-7.657,34	385.078,67	6.973.472,00
Total	51,00%	6.596.050,67	-7.657,34	385.078,67	6.973.472,00

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras da entidade ADC – Águas da Covilhã, E.M. com referência a 31/12/2019 e em 31/12/2018.

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), atualmente à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC, acresce ainda a derrama municipal e a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes que não relevam para efeitos fiscais. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Resultado antes de impostos (contabilístico), prejuízo fiscal / lucro tributável e detalhe do imposto

Descrição	2019	2018
1 Resultados antes de impostos	21.268,88	63.245,05
2 Taxa do imposto	21,00%	21,00%
3 Imposto do exercício		-50.962,89
Imposto corrente	2.501,74	5.212,59
Imposto diferido		-56.175,48
4 Prejuízo fiscal / lucro tributável	273.135,60	-253.042,70
5 Imposto sobre o rendimento		
6 Tributações autónomas e derrama	2.501,74	5.212,59
7 Imposto total = 5 + 6	2.501,74	5.212,59

Conciliação entre resultado antes de impostos (contabilístico) e prejuízo fiscal / lucro tributável

Descrição	Período	
	2019	2018
Resultados antes de impostos	21.268,88	63.245,04
Anulação do efeito nos resultados da aplicação do MEP	-393.963,60	-385.078,67
Subsidio ao investimento correspondente às quotas perdidas	67.625,66	67.625,66
Perdas por imparidade em outros créditos a receber	18.937,50	
Outras correções fiscais	12.995,96	1.165,27
Prejuízo / lucro tributável	-273.135,60	-253.042,70

Cálculo do imposto diferido (prejuízos fiscais dedutíveis)

Exercício em que o prejuízo é gerado	Valor do Prejuízo dedutível em períodos futuros	Período de dedução remanescente	Período de dedução inicial	N.º de anos
2016	104.883,20	2020 a 2028	2017 a 2028	12 anos posteriores
2017	143.455,48	2020 a 2029	2018 a 2029	12 anos posteriores
2018	253.042,70	2020 a 2030	2019 a 2030	12 anos posteriores
2019	273.135,60	2020 a 2031	2020 a 2031	12 anos posteriores
	774.516,98			

Em anos anteriores a ICOVI reconheceu o Imposto diferido ativo no valor de 111.310,24 euros, correspondente aos prejuízos fiscais gerados em períodos anteriores a 2019.

Os resultados contabilísticos e os resultados para efeitos fiscais têm vindo a degradar-se nos últimos anos, incluindo em 2019, pelo que, a Administração, de forma prudente, decidiu não reconhecer o imposto diferido ativo correspondente ao prejuízo fiscal estimado para o ano 2019.

Em início de 2020, a empresa cedeu ao Município da Covilhã a exploração de várias atividades, tendo ficado apenas com o fornecimento de água em alta e com a exploração do “Jardim das Artes”. A expectativa da Administração é que esta reformulação da atividade, potencie favoravelmente os resultados futuros, os quais deverão ser suficientes para deduzir, na sua grande maioria, os prejuízos fiscais acumulados, que ascendem a 774,5 milhares de euros.

11 INVENTÁRIOS

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, a rubrica “inventários” evidencia um total de 967.510,26, referente a trabalhos realizados em 2017 e 2018 em infraestruturas pertencentes ao Município da Covilhã e realizados pela ICOVI ao abrigo de protocolos celebrados entre estas entidades, cuja faturação ao Município está prevista para o ano 2020.

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Custo água comprada	5.750,00	5.750,00
Custo de outras matérias	16.368,59	20.614,45
Saldo no fim do período	22.118,59	26.364,45

12 CLIENTES

Em 31/12/2019 e 31/12/2018 a rubrica “clientes” apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Entidade participada	195.045,99	133.004,83
Outros clientes	855,07	908,40
Saldo no fim do período	195.901,06	133.913,23

13 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava um saldo de 5.586,30 respeitante a pagamentos especiais por conta ainda não deduzidos.

Esta quantia teve origem nos anos de 2018, no valor de 2.788,72 euros e 2016, no valor de 2.797,58 euros.

14 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a rubrica “Outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Pessoal	186,18	
Adiamentos a fornecedores de investimentos	26.500,00	26.500,00
Fornecedores c/ corrente	1.568,35	462,02
Devedores por acréscimo de rendimentos:		
Entradas piscina praia		3.563,00
Microgeração		419,67
Imputação gastos com pessoal (nota 25)	47.800,70	272.019,21
Outros devedores - Consumos - Microgeração:		
Saldos outros devedores consumos microgeração entidade relacionada)		15.765,06
Saldos outros devedores consumos microgeração	97.626,61	93.204,21
Imparidades outros devedores consumos microgeração	-18.937,50	
Subsidio à exploração a receber - F. C. T.	36.823,89	457,97
Subsidio à exploração a receber - PDR 2020	41.367,19	
Outros devedores	1.000,00	1.000,00
Saldo no fim do período	233.935,42	413.391,14

Em 2019 foram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 18.937,50 euros, respeitantes a dívidas de outros devedores relacionadas com o projeto “Covilhã Solar” relativas a consumos de energia das entidades protocoladas. A Administração procedeu á avaliação do risco associado a estas dívidas, considerando que as imparidades reconhecidas são suficientes para fazer face ao risco de incobrabilidade identificado.

15 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Diferimento ativo” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Seguros	7.029,26	4.759,97
Trabalhos especializados - créditos a obter	70.159,36	70.159,36
Gastos com financiamentos	15.123,21	
Saldo no fim do período	92.311,83	74.919,33

Os dispêndios iniciais suportados com a contratação dos financiamentos foram diferidos, sendo imputados aos resultados numa base sistemática ao longo do período de amortização. Em 2019 foram suportados 16.245,93 euros com a contratação destes empréstimos tendo sido imputados a gastos de financiamentos 1.122,72 euros.

16 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Subscrito

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado é de 64.000.000 Euros, e pertence na totalidade ao Município da Covilhã.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 2019 a reserva legal ascendia a 161.846,61 euros, montante que já se verificava em 2018.

Outras reservas

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Outras reservas” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Reservas livres	928.486,58	928.486,58
Reservas estatutárias e outras	2.012.615,23	2.012.615,23
Saldo no fim do período	2.941.101,81	2.941.101,81

Resultados Transitados

No exercício findo em 31/12/2019 e em 31/12/2018, os movimentos na rubrica “Resultados transitados” foram os seguintes:

31-12-2018	Lucro 2018 não atribuído	Aplicação R L exercício anterior	31-12-2019
-318.648,11	-385.078,67	114.207,93	-589.518,85
-318.648,11	-385.078,67	114.207,93	-589.518,85

31-12-2017	Lucro 2017 não atribuído	Aplicação R L exercício anterior	31-12-2018
-119.368,86	-425.170,96	225.891,71	-318.648,11
-119.368,86	-425.170,96	225.891,71	-318.648,11

Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Ajustamentos em ativos financeiros	2.376.314,59	1.998.893,26
Subsídios para investimentos	7.801.395,41	7.967.346,07
Doações	25.788,79	29.393,40
Saldo no fim do período	10.203.498,79	9.995.632,73

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, os movimentos na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” foram os seguintes:

Saldo em 31/12/2017	1.581.379,64
Lucro de 2017 não atribuídos	425.170,96
Outras variações nos capitais próprios da participada	-7.657,34
Saldo em 31/12/2018	1.998.893,26
Lucro de 2018 não atribuídos	385.078,67
Outras variações nos capitais próprios da participada	-7.657,34
Saldo em 31/12/2019	2.376.314,59

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Subsídios ao Investimento” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Subsídios p/ investimentos - base tributável	9.798.106,00	10.030.524,79
Subsídios p/ investimentos - imposto a pagar	-1.996.710,59	-2.063.178,72
Saldo no fim do período	7.801.395,41	7.967.346,07

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, os movimentos na rubrica “Subsídios ao Investimento”, foram os seguintes:

Movimentos	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Saldo no início do período	7.967.346,07	8.173.738,62
Reconhecimento de subsídios ao investimento	55.685,16	
Reconhecimento de subsídios ao investimento - Imposto a pagar	-12.362,11	
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	-288.103,95	-284.583,81
Reconhecimento de subsídios ao investimento - Imposto a pagar	78.830,24	78.191,26
Movimentos no período	-165.950,66	-206.392,55
Saldo no fim do período	7.801.395,41	7.967.346,07

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, os movimentos na rubrica “Doações”, foram os seguintes:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Saldo no início do período	29.393,40	29.393,40
Imputação da depreciação dos bens doados	-3.604,61	
Saldo no fim do período	25.788,79	29.393,40

17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Instituições de crédito	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
B.E.I.				129.062,94	1.321.449,70	1.450.512,64
Caixa Crédito Agrícola	95.391,96	522.168,11	617.560,07	92.583,06	617.560,07	710.143,13
Banco Santander	171.461,59	982.262,84	1.153.724,43	294.390,41	1.059.786,60	1.354.177,01
Caixa Crédito Agrícola	131.879,55	1.156.943,61	1.288.823,16			
Eurobic	66.517,16	594.480,25	660.997,41			
Loações Financeiras	36.782,42	15.196,94	51.979,36	106.148,46	38.562,90	144.711,36
Total	502.032,68	3.271.051,75	3.773.084,43	622.184,87	3.037.359,27	3.659.544,14

Os pagamentos futuros dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Financiamentos obtidos	2020	2021	2022	2023	seguintes	Total
Caixa Crédito Agrícola	95.391,96	98.286,07	101.268,00	104.340,39	218.273,65	617.560,07
Banco Santander	171.461,59	173.614,93	175.795,31	178.003,08	454.849,52	1.153.724,43
Caixa Crédito Agrícola	131.879,55	133.628,99	135.401,65	137.197,82	750.715,15	1.288.823,16
Eurobic	66.517,16	67.665,95	68.834,60	70.023,41	387.956,29	660.997,41
Total	465.250,26	473.195,94	481.299,56	489.564,70	1.811.794,61	3.721.105,07

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a Empresa era locatária em contratos de locação financeira relacionados com Equipamentos Fotovoltaicos e Microgeração, Em 2019 contratou uma locação financeira para aquisição de uma viatura. Os pagamentos mínimos das locações financeiras são detalhados conforme se segue:

Contratos de locação	2020	2021	2022	2023	Total
Banco Santander , S.A. Contrato 191031	8.676,05				8.676,05
Banco Santander , S.A. - Contrato 19189	3.717,55				3.717,55
Banco Santander , S.A. - Contrato 19214	7.824,22				7.824,22
Banco Santander , S.A. - Contrato 19301	3.042,75				3.042,75
Banco Santander , S.A. - Contrato 19733	7.030,55	3.002,57			10.033,12
Banco Santander , S.A. - Contrato 19788	950,32	657,60			1.607,92
Banco Santander , S.A. - Contrato 19877	932,02	894,99			1.827,01
Banco Santander , S.A. - Contrato 19901	934,38	897,20			1.831,58
Caixa Leasing e Factoring S.A. - 1001181	3.674,58	3.704,73	3.737,56	2.302,29	13.419,16
Total	36.782,42	9.157,09	3.737,56	2.302,29	51.979,36

18 OUTRAS CONTAS / DIVIDAS A PAGAR

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Outras Dividas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Descrição	Período		Período	
	31-12-2019		31-12-2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores de investimentos	26.908,49			
Credores por acréscimo de gastos	107.405,37		125.888,52	
Outros credores - microgeração	21.065,18		21.088,69	
Outros credores - PDR 2020	98.756,00		225.917,30	
Outros credores - Imposto a pagar por subsídios reconhecidos no capital próprio (nota 16)		1.996.710,59		2.063.178,72
Cauções	54.828,07		54.828,07	
Saldo no fim do período	308.963,11	1.996.710,59	427.722,58	2.063.178,72

19 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Entidade relacionada	7.148,36	14.193,62
Outros fornecedores	58.744,53	117.512,92
Total	65.892,89	131.706,54

20 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Imposto sobre o rendimento (IRC a pagar-tributações autónomas))	1.301,74	4.008,00
Retenções efetuadas a terceiros	5.370,50	6.717,50
Imposto sobre o valor acrescentado	19.428,49	13.414,18
Contribuições para a segurança social	10.279,65	16.447,24
Penhoras a entregar ao estado	384,58	
Total	36.764,96	40.586,92

21 DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Diferimentos” no passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Rendimentos a reconhecer - alienação painéis (ver nota 22)	58.911,79	67.196,69
Saldo no fim do período	58.911,79	67.196,69

22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Vendas		
Venda de Água	444.592,30	420.810,90
Microgeração	2.044,07	1.880,09
Prestações de serviços		
Piscina municipal da Covilhã	65.421,22	78.460,29
Piscina praia	71.445,12	81.163,97
Complexo desportivo	10.688,90	4.060,55
Análises de água	7.834,30	7.738,35
Disponibilização painéis microgeração	21.242,49	19.994,40
Renda de infraestruturas	405.871,20	412.050,02
Cessão exploração instalações	12.330,50	9.800,00
Total	1.041.470,10	1.035.958,57

Em anos anteriores foram celebrados protocolos entre a ICOVI e diversas entidades do concelho com o objetivo de promover a produção de energia fotovoltaica. Até finais de 2017 a produção foi considerada como rendimento na ICOVI, o qual se encontra identificado na rúbrica “microgeração”. A partir de 2018 o procedimento foi alterado nos termos seguintes:

- I. Foi acordado com as entidades relacionadas para que fossem elas a reconhecer o rendimento. Por parte da ICOVI o rendimento associado a esta atividade ocorre por via da alienação dos equipamentos de produção. Nestes casos os ativos fixos tangíveis (painel solar) associados deixaram de ser depreciados, sendo a receita de 2018 registada na rúbrica diferimentos (nota 21). Em 2019 foram alienados os equipamentos referidos relativamente a uma entidade relacionada e nos restantes, a Administração espera concretizar a venda em 2020.
- II. Para as entidades com as quais não foi ainda possível acordar a alienação dos equipamentos de produção, o rendimento na ICOVI é reconhecido mediante a cedência (aluguer) dos equipamentos o qual se encontra evidenciado na rúbrica “disponibilização de painéis de microgeração”.

23 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
PRODER - Manutenção e limpeza de galerias ripícolas e faixas de gestão de combustível do concelho da Covilhã	190.776,19	
Fundação para a Ciência e Tecnologia	28.777,68	20.642,76
Total	219.553,87	20.642,76

24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Trabalhos especializados	360.560,41	153.291,65
Publicidade e propaganda	20.107,90	16.303,20
Vigilância e segurança	1.644,68	524,82
Honorários	15.000,00	15.000,00
Conservação e reparação	23.576,21	48.461,26
Serviços bancários	1.998,63	1.552,56
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	35.162,14	15.504,26
Livros e documentação técnica		9,93
Material escritório	1.827,40	3.815,95
Eletricidade	3.400,93	4.040,67
Combustíveis	4.116,56	3.306,75
Água	617,98	694,96
Outros Fluidos		1.365,75
Deslocações e estadas	1.011,44	1.586,36
Rendas e alugueres		31.998,29
Comunicação	3.484,27	3.577,09
Seguros	8.797,14	6.529,29
Contencioso e notariado	80,00	295,00
Despesas de representação	3.206,19	4.920,56
Limpeza, higiene e conforto	3.138,48	5.143,50
Outros Serviços	488,00	481,88
Total	488.218,36	318.403,73

25 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações dos administradores	55.572,36	63.819,26
Remunerações do pessoal	426.192,92	576.853,72
Encargos sobre remunerações	104.819,95	140.015,14
Seguros acidentes trabalho	6.521,36	6.812,58
Outros gastos com o pessoal	2.448,00	5.574,75
Total	595.554,59	793.075,45

Em 2018 foram reconhecidos encargos relativos a pessoal cedido ao Município da Covilhã. Este facto, em 2018 originou o reconhecimento na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” de 321.606,10 euros, dos quais, estão refletidos na rubrica “Acréscimos de rendimentos” 272.019,21 euros em 2018 e 47.800,70 euros em 2019.

26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Recuperação de encargos com o pessoal (nota 25)		321.606,10
Outros rendimentos suplementares	258,44	
Alienação de ativos	8.450,97	
Rendas e outros rendimentos em propriedades	4.800,00	4.800,00
Subsídios para investimentos	288.103,95	284.583,81
Imputação de depreciação de bens doados	3.604,61	
Outros rendimentos	1.834,58	2.595,93
Total	307.052,55	613.585,84

27 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
IMI	30.446,30	30.444,72
Outros impostos	5.210,21	5.909,33
Donativos	7.525,00	500,00
Quotizações	666,00	666,00
Outros gastos	8.196,47	24.300,25
Total	52.043,98	61.820,30

28 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	688.690,51	683.225,65
Ativos intangíveis (nota 8)	3.600,00	3.600,00
Total	692.290,51	686.825,65

29 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Depósitos em instituições bancárias		14,81
Total		14,81

30 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Juros com financiamentos obtidos	67.757,42	99.224,46
Juros com contratos de leasing	2.723,41	6.316,76
Juros de mora	4,16	4,81
Outros (nota 15)	1.122,72	
Total	71.607,71	105.546,03

31 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pelo Município da Covilhã, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade. Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a empresa apresentava os seguintes saldos com as partes relacionadas:

Rúbricas	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Cientes:		
A.D.C. - Águas da Covilhã	195.045,99	133.004,83
Outros créditos a receber:		
A.D.C. - Águas da Covilhã		15.765,06
Total do ativo	195.045,99	148.769,89

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano de 2019

Entidades	Fornecimentos serviços externos	Vendas e prestações serviços	Outros rendimentos
Município da Covilhã		2.966,00	1.800,00
A.D.C. - Águas da Covilhã	23.557,90	859.797,80	6.492,64
Total do ativo	23.557,90	862.763,80	8.292,64

Ano de 2018

Entidades	Fornecimentos e serviços externos	Vendas e prestações serviços	Outros rendimentos
Município da Covilhã		3.563,00	321.606,10
A.D.C. - Águas da Covilhã	24.851,58	840.599,27	
Total do ativo	24.851,58	840.599,27	

32 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, e não existem ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

33 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A ICOVI em 2020 reduziu as suas atividades ficando apenas com a exploração e fornecimento de água em alta e com a exploração do Jardim das Artes. Este facto terá consequência ao nível da estrutura, recursos humanos e ativos fixos tangíveis associados às atividades assumidas pelo Município.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2020.

A propagação do surto Covid-19, se afetar significativamente o consumo, poderá impactar os clientes e, conseqüentemente, a cadeia de valor, e por isso, poderá ter um efeito na atividade desenvolvida. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

Impactos sobre a atividade:

Tendo em conta a atividade da ICOVI a desenvolver em 2020, é expetativa da administração que os impactos não terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a Administração não está em condições de fornecer informação económica e financeira sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da empresa.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muito incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual a Administração informa que não existem indicadores de que as atividades da empresa venham a ser interrompidas, e por isso, entendem que não está em causa a continuidade da empresa.

34 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo de 18.767,14 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

35 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA GERÊNCIA

A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 2020 / 04 /23

Contabilista certificado	O Conselho de Administração
 Jose Damasceno Inscrito na OCC sob o n.º 1589	